



SECRETARIA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

1 ATA DA 17ª SESSÃO ORDINÁRIA DO ÓRGÃO ESPECIAL DO COLÉGIO DE 2 PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO 3 CEARÁ.

4 Aos 23 (vinte e três) dias do mês de setembro de 2026 (dois mil e vinte e seis), às 09h15min (nove
5 horas e quinze minutos), no Plenário de Sessões dos Órgãos Colegiados da Procuradoria-Geral de
6 Justiça, localizado na Avenida General Afonso Albuquerque Lima, nº 130, bairro Cambé, em
7 Fortaleza/CE, com participação presencial e por meio da plataforma Microsoft Teams, realizou-se a
8 17ª Sessão Ordinária do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério
9 Público do Estado do Ceará. A sessão foi presidida pelo Procurador de Justiça Decano José
10 Maurício Carneiro, em razão de compromisso institucional do Procurador-Geral de Justiça, Herbet
11 Gonçalves Santos, e usufruto de férias do Subprocurador-Geral de Justiça Institucional, Antônio
12 Iran Coelho Sório, e contou com quórum de 14 (quatorze) membros, a seguir nominados: José
13 Maurício Carneiro; Maria Neves Feitosa Campos (Corregedora-Geral do Ministério Público do
14 Estado do Ceará); Suzanne Pompeu Sampaio Saraiva; Luzanira Maria Formiga; Ednéa Teixeira
15 Magalhães; Alcides Jorge Evangelista Ferreira; Leo Charles Henri Bossard II; Ângela Maria Góis
16 do Amaral Albuquerque Leite; Pedro Casimiro Campos de Oliveira; Maria do Socorro Brito
17 Guimarães; José Raimundo Pinheiro de Freitas; Francisco Nildo Façanha de Abreu; Emmanuel
18 Roberto Girão de Castro Pinto; e Francimauro Gomes Ribeiro. Foram consignadas as ausências
19 justificadas dos membros em gozo de férias: Maria Magnólia Barbosa da Silva; Águeda Maria
20 Nogueira de Brito; e Antônio Iran Coelho Sório; bem como do Procurador de Justiça Luiz Eduardo
21 dos Santos, em razão de consulta médica. A Associação Cearense do Ministério Público (ACMP)
22 foi representada por sua Presidente, a Promotora de Justiça Ana Vlândia Gadelha Mota. **MATÉRIA**
23 **DE DELIBERAÇÃO: 1. Deliberação acerca das atas:** Foram aprovadas, sem emendas e por
24 unanimidade dos membros votantes, a Ata da 16ª Sessão Ordinária do Órgão Especial do Colégio
25 de Procuradores de Justiça e a Ata da 1ª Reunião da Ordem do Mérito, ambas realizadas em 9 de
26 setembro de 2026, ressalvadas as abstenções dos membros que não participaram das respectivas
27 sessões. **DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS PARA JULGAMENTO:** O Órgão Especial, por
28 unanimidade, tomou conhecimento da distribuição de processos constantes da pauta. Antes da
29 apreciação das matérias constantes da pauta, o Procurador de Justiça Pedro Casimiro Campos de
30 Oliveira suscitou questão de ordem concernente à tramitação, no âmbito do Órgão Especial, de
31 processos submetidos a regime de sigilo sem aparente amparo legal. Em sua manifestação, registrou
32 a ocorrência de dificuldades de acesso aos autos por parte de membros da Instituição, ressaltando a
33 necessidade de observância do princípio constitucional da publicidade dos atos processuais e
34 administrativos. Na oportunidade, propôs que a matéria fosse submetida à apreciação do Colegiado,

1

SECRETARIA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

Ata da 17ª Sessão Ordinária do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça - 23/09/2026



SECRETARIA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

a fim de que se deliberasse no sentido de que os processos desprovidos de fundamento legal para a imposição de sigilo passassem a tramitar de forma pública, mediante a imediata retirada da restrição de acesso ou, quando cabível, a restituição dos autos ao órgão de origem para adoção das providências necessárias à adequação da medida e à sua devida fundamentação. Durante os debates, foram apresentadas propostas quanto ao tratamento da matéria. O Procurador de Justiça José Raimundo Pinheiro de Freitas manifestou-se no sentido de que a avaliação acerca da manutenção ou do levantamento do sigilo constitui prerrogativa do Relator, a quem compete adotar as providências que entender pertinentes em cada caso concreto. Na sequência, a Procuradora de Justiça Maria Neves Feitosa Campos acompanhou o entendimento, ressaltando que, ao identificar possível inadequação da restrição de acesso, o Relator poderá promover as diligências que reputar necessárias e adotar as providências cabíveis quanto à manutenção ou ao levantamento do sigilo. Após as manifestações de seus membros, o Órgão Especial deliberou que compete ao Relator dos processos distribuídos com cláusula de sigilo examinar a legalidade e a legitimidade da restrição de acesso e adotar as providências cabíveis para sua manutenção ou levantamento, conforme as circunstâncias do caso concreto. **JULGAMENTO DE PROCESSOS: 1) Procedimento de Gestão Administrativa nº: 09.2026.00004404-2. Relatora: Ângela Maria Góis do Amaral Albuquerque Leite.** Origem: Procuradoria-Geral de Justiça, por meio da Assessoria de Políticas Institucionais. Objeto: Anteprojeto de lei ordinária destinado a alterar a Lei Estadual nº 18.320, de 22 de março de 2023, que dispõe sobre a estrutura administrativa do Ministério Público do Estado do Ceará. Com a palavra, a Procuradora de Justiça Relatora consignou que, em consonância com o entendimento anteriormente firmado pelo Órgão Especial quanto à análise da legalidade e pertinência da manutenção do sigilo nos feitos distribuídos, verificava-se que o processo em apreço não se enquadrava em quaisquer das hipóteses legalmente previstas para restrição de acesso. Assim, determinou a retirada dos autos de mesa para fins de levantamento do sigilo, facultando o acesso integral aos membros da Instituição, com posterior inclusão da matéria na pauta da próxima sessão ordinária do Colegiado, designada para o dia 14 de outubro do corrente ano. **2) Correição Ordinária nº 10.2026.00000171-9. Relator: José Raimundo Pinheiro de Freitas.** Interessado: Corregedoria-Geral do Ministério Público. Interessado: Marcus Renan Palácio de Moraes Claro dos Santos. Assunto: Relatório de Correição Ordinária realizada na 18ª Procuradoria de Justiça. Com a palavra, o Procurador de Justiça Relator procedeu à leitura da ementa do voto, nos termos do extrato a seguir transcrito: *"EMENTA: RELATÓRIO DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA PELA CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO - CGMP NA 18ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA. ATRIBUIÇÃO DO ÓRGÃO ESPECIAL DO COLÉGIO DE PROCURADORES PARA CONHECER E DELIBERAR SOBRE A MATÉRIA, NA FORMA DO ART. 31, II, "O", DA LEI COMPLEMENTAR Nº 72/2008. OBSERVÂNCIA DOS PRECEITOS LEGAIS PELA CGMP.*

2

SECRETARIA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

Ata da 17ª Sessão Ordinária do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça - 23/09/2026



SECRETARIA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

70 *REGULARIDADE DOS TRABALHOS NO ÓRGÃO CORREICIONADO E EXCELÊNCIA DA*
 71 *ATUAÇÃO DO MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO, COM VÁRIAS MENÇÕES ELOGIOSAS*
 72 *ÀS SUAS MANIFESTAÇÕES PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO*
 73 *DO RELATÓRIO, COM O CONSEQUENTE ARQUIVAMENTO DO FEITO."* Após a leitura da
 74 ementa do processo em epígrafe, a Presidência indagou ao Colegiado se havia alguma divergência
 75 quanto à homologação do relatório de correição, não tendo sido apresentada qualquer manifestação
 76 divergente. Registrou-se o impedimento da Procuradora de Justiça Maria Neves Feitosa Campos,
 77 Corregedora-Geral do Ministério Público do Estado do Ceará. **DECISÃO: O Órgão Especial, por**
 78 **unanimidade dos votantes, homologou a correição ordinária realizada na 18ª Procuradoria de**
 79 **Justiça, nos termos dos votos do Procurador de Justiça Relator José Raimundo Pinheiro de**
 80 **Freitas.** Após o julgamento da matéria, o referido Relator ponderou que os procedimentos
 81 correicionais encaminhados pela Corregedoria-Geral ao Órgão Especial vêm sendo remetidos sob
 82 cláusula de sigilo, manifestando o entendimento de que, em regra, os relatórios de correição não
 83 demandariam restrição de acesso, razão pela qual sugeriu a revisão da sistemática atualmente
 84 adotada para os feitos futuros. Em resposta, a Procuradora de Justiça Maria Neves Feitosa Campos,
 85 Corregedora-Geral do Ministério Público, informou que a questão seria analisada no âmbito
 86 daquela Corregedoria, a fim de verificar a possibilidade de encaminhamento dos relatórios sem
 87 imposição de sigilo ou, alternativamente, a manutenção do procedimento vigente, consistente na
 88 apreciação da matéria pelo respectivo Relator por ocasião do recebimento dos autos.
 89 **COMUNICAÇÕES DOS PROCURADORES DE JUSTIÇA:** A Procuradora de Justiça
 90 Luzanira Maria Formiga destacou a importância da sala disponibilizada ao Ministério Público do
 91 Estado do Ceará no Tribunal de Justiça para o desempenho de atividades institucionais. Na
 92 oportunidade, propôs voto de congratulações e reconhecimento à servidora Raíssa Barros da Costa,
 93 em razão do apoio prestado aos membros da Instituição, ressaltando sua disponibilidade, dedicação
 94 e comprometimento no atendimento às demandas apresentadas. A proposta foi acolhida, à
 95 unanimidade, pelo colegiado. Na sequência, o Procurador de Justiça Leo Charles Henri Bossard II
 96 manifestou preocupação quanto à insuficiência de vagas de estacionamento destinadas aos
 97 Procuradores de Justiça nas dependências da Procuradoria-Geral de Justiça, especialmente nos dias
 98 de realização de eventos institucionais, quando as vagas existentes são ocupadas por visitantes e
 99 colaboradores externos, sem a reserva de espaços destinados aos membros da Instituição. A
 100 Procuradora de Justiça Maria Neves Feitosa Campos, Corregedora-Geral do Ministério Público,
 101 acompanhou a manifestação, defendendo a adoção de medidas que assegurem vagas de
 102 estacionamento para os Procuradores de Justiça. Convidado a prestar esclarecimentos, o
 103 Subprocurador-Geral de Justiça de Administração, Francisco Diassis Alves Leitão, informou que a
 104 Administração vem realizando levantamento da demanda por vagas mediante cadastramento de

3

SECRETARIA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

Ata da 17ª Sessão Ordinária do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça - 23/09/2026



SECRETARIA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

105 veículos por meio da intranet institucional, com o objetivo de dimensionar e adequar os espaços
106 destinados ao estacionamento. Na oportunidade, o Procurador de Justiça Leo Charles Henri Bossard
107 II sugeriu a adoção de medidas provisórias para atendimento da demanda até a conclusão dos
108 estudos em andamento. **ENCERRAMENTO:** Findos os trabalhos, o Presidente declarou encerrada
109 a 17ª Sessão Ordinária do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, às 10h24 (dez
110 horas e vinte e quatro minutos), da qual, eu, Patni Mendonça Tupinambá, Gerente de Apoio ao
111 Colégio de Procuradores de Justiça, minutei a presente ata, revista e lavrada pela Promotora de
112 Justiça e Secretária dos Órgãos Colegiados, em exercício, **Maria Carolina de Paula Santos**
113 **Steindorfer**, que, após lida e aprovada, será devidamente publicada na forma regimental.